

## **ATA NÚMERO 10**

### **Sessão Ordinária de 30 de junho de 2023**

----- Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, reuniu no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Amarante, em sessão ordinária, devidamente convocada, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do respetivo Regimento, para ter início às vinte horas, com a seguinte ORDEM DO DIA: -----

- 1. Relatório de atividades e situação financeira do Município** - Para conhecimento.-----
- 2. Contratação de empréstimo de médio/longo prazo para aplicação em investimentos** - (Registo n.º 4514/2023/05/30).-----
- 3. 9.ª Modificação Orçamental - 3.ª (Revisão) aos Documentos Previsionais do Ano 2023** - (Registo n.º 5307/2023/06/21).-----
- 4. 2.ª Alteração do Mapa de Pessoal de 2023** - (Registo n.º 5249/2023/06/20).-----
- 5. Código Regulamentar do Município de Amarante** - Ocupação do espaço público com esplanadas, estrados, guarda-ventos, toldos, floreiras, vitrinas, expositores, arcas e máquinas de gelados, brinquedos mecânicos, contentores para resíduos e equipamentos similares - (Registo n.º 2616/2023/03/29).----
- 6. Festas do Junho - Interpretação da Tabela de Taxas (Capítulo VIII - Secção III - Ponto 9), anexa ao Código Regulamentar do Município de Amarante** - (Registo n.º 3741/2023/05/09).-----
- 7. Aceitação de transmissão de terrenos/sepulturas perpétuas para integração no domínio público municipal** - (Registo n.º 10287/2023/05/04).-----

----- -- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, assumiu a presidência da Mesa, sendo coadjuvado pelos senhores João Carlos Santos Leite, como Primeiro Secretário, e Joaquim Augusto Teixeira, como Segundo Secretário, em substituição dos seus titulares, Carlos Marques da Silva Macedo e de Sara Moreira Machado, respetivamente, nos termos do disposto no artigo 3.º do Regimento. -----

----- Feita a chamada, verificou-se que estavam presentes o/as seguintes membros: -----

----- Fábio da Silva Vasques Pacheco, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, Ercília Gonçalves Costa, António Ferreira Soares Araújo, Maria de Lurdes Pinheiro

Coelho, João Carlos Santos Leite, Nuno Miguel Oliveira Sousa Queirós, Amélia Maria Gomes de Oliveira, Sara Luísa Magalhães Maia, André da Silva e Ribeiro e Costa Magalhães, António Francisco Cerqueira Coutinho, Vânia Isabel Carvalho, José Luís Mesquita Peixoto, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, Vítor Manuel Briga Rei, Sérgio Micael Silva Carvalho, Carlos Alberto Miranda, Rui Pedro Barreira Morais, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, José Joaquim Magalhães Teixeira, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Joaquim Augusto Teixeira, Ana Margarida Fernandes Carvalho, José Augusto Oliveira Araújo e Zita Graça Teixeira Pereira. -----

----- Presidentes de Junta de Freguesia: Ansiães – António Fonseca Brandão; Candemil – Ana Sofia Marinho Briga; Fridão – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós; Gouveia (São Simão) – Joaquim de Oliveira; Jazente – Daniela Conceição Teixeira Ribeiro; Lomba – José Filipe de Jesus Carvalho; Louredo – António Jorge Barbosa Torres; Lufrei – António Alexandrino Ferreira de Magalhães; Mancelos – Ricardo Samuel Teixeira Alves; Padronelo – Armando Jorge Pinheiro Coimbra; Rebordelo – Luís Carlos Costa Dinis, em substituição de Cláudia Daniela Mota e Silva; Salvador do Monte – Pedro Davide Leite Fernandes; Telões – Ivone Sofia Ribeiro; Travanca – Fernando José Teixeira da Cunha; Vila Caiz – José António Pereira Ferreira; Vila Chã do Marão – Rui Filipe Coelho; União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei – Ângelo Pereira Magalhães; União das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina) – Daniel António Teixeira Pinheiro; União das Freguesias de Olo e Canadelo – Henrique Álvaro Pereira Seixas, em substituição de Marta Inês Ribeiro da Costa Marinho; União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa – António Cândido Alves Pinheiro. -----

----- Pediram a substituição, e/ou justificaram a respetiva falta, o/as senhore/as deputado/as: Alexandra Gabriela de Almeida Bento Pinto (substituída por Fábio da Silva Vasques Pacheco), Cândido Augusto Pires Zoio (substituído por Maria de Lurdes Pinheiro Coelho), Carlos António Silva Carvalho (substituído por António Francisco Cerqueira Coutinho), Torcato Fernando Carvalho Ferreira (substituído por Vânia Isabel Carvalho), Sara Moreira Machado (substituída por José Luís Mesquita Peixoto), Simone Guedes Oliveira (substituída por Sérgio Micael Silva Carvalho), Carlos Marques da Silva Macedo (substituído por Joaquim Augusto Teixeira), Francisca Oliveira Teixeira Alves dos Santos, Presidente da Junta de Fregim – Sandra Castro Fraga, Presidente da Junta de Freguesia de Gondar – Hugo Vaz, Presidente da Junta de Freguesia de Rebordelo – Cláudia Daniela Mota e Silva (substituída por Luís Carlos Costa Dinis), Presidente da Junta da União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea, Presidente da Junta da União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão - Américo

Paulo da Silva Ribeiro, Presidente da Junta da União das Freguesias de Freixo de Cima e de Baixo – Alfredo Teixeira Carvalho, Presidente da Junta da União das Freguesias de Olo e Canadelo, Marta Marinho (substituída por Henrique Álvaro Pereira Seixas) e Presidente da Junta de Freguesia de Vila Meã – Lino Manuel Macedo. -----

----- A Câmara Municipal fez-se representar pelo senhor Presidente, José Luís Gaspar Jorge, e pelo/as senhora/as vereadore/as: Hugo Miguel Costa Carvalho, Carlos Gonçalo Teixeira Pereira, Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista, Sílvia Isabel Brochado Araújo, Adriano Teixeira Alves dos Santos e Manuel Alexandre Machado Oliveira.-----

----- Seguidamente, após verificação do quórum, pelas vinte e uma horas, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, passando-se imediatamente ao período de -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- De imediato, nos termos do disposto na alínea a), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento, procedeu-se à apreciação e votação da ata n.º 9, respeitante à sessão ordinária de 28.04.2023, tendo o senhor Presidente da Assembleia pedido dispensa da sua leitura, em voz alta, uma vez que a mesma foi previamente disponibilizada na plataforma informática. Procedeu-se à sua votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Por força do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, não participaram na votação da ata, por terem estado ausentes da respetiva reunião, o/as senhora/as: Fábio da Silva Vasques Pacheco, Ercília Gonçalves Costa, André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães, António Francisco Cerqueira Coutinho, Vânia Isabel Carvalho, José Luís Mesquita Peixoto, Sérgio Micael Silva Carvalho, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Luís Carlos Costa Dinis – Junta de Freguesia de Rebordelo, Pedro Davide Leite Fernandes – Junta de Freguesia do Salvador do Monte, Rui Filipe Coelho – Junta de Freguesia de Vila Chã do Marão, Ângelo Magalhães – União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei, -----

----- O senhor presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida mais relevante, desde a última sessão, de acordo com a alínea b), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento.-----

----- De seguida, nos termos da alínea c), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento, o senhor presidente da Assembleia Municipal leu uma proposta de voto de pesar, subscrita por todos os grupos municipais, do seguinte teor:-----

-----"VOTO DE PESAR -----

----- Faleceu, no passado dia 28 de junho, com 83 anos, Luiz Teixeira Ricardo.--

----- O Senhor Luiz Ricardo, como sempre foi tratado, era, em palavras simples, um homem bom. -----

----- Dedicado servidor da causa pública, o Senhor Luiz Ricardo foi Presidente da Junta de Freguesia de Vila Caiz de 1979 a 2005. -----

----- Mais de um quarto de século ao serviço da sua Terra; mais de um quarto de século de determinação e de empenho na melhoria das condições de vida para a sua comunidade. -----

----- Mas não foi só. Também na sua condição de cidadão, Luiz Ricardo foi exemplo de abnegação, de generosidade e de disponibilidade. -----

----- Indo muito para além da sua atividade profissional na Casa do Povo, era um Homem sempre disponível para ajudar todos quantos o solicitassem. -----

----- Foi também um cidadão dedicado ao movimento associativo e cujo envolvimento na atividade social e humanitária foi uma constante. -----

----- A par de tudo isto, o Senhor Luiz Ricardo foi, sempre, uma referência de integridade e de serenidade, motivo pelo qual sempre mereceu o profundo respeito e admiração de todos. -----

----- Neste sentido, propõe-se que a Assembleia Municipal de Amarante, reunida a 30 de junho de 2023, delibere: -----

1. Guardar um minuto de silêncio em nome de Luiz Teixeira Ricardo; -----
2. Enviar o presente Voto à família e à Junta de Freguesia de Vila Caiz." -----

----- Submetido a votação, o voto de pesar foi aprovado por unanimidade. Encontravam-se presentes 42 membros dos 53 que compõem a Assembleia Municipal. -----

----- Foi cumprido um minuto de silêncio, na sequência da aprovação do voto de pesar pelo falecimento do senhor Luiz Teixeira Ricardo. -----

----- Seguidamente, deu-se início ao período para tratamento de assuntos de interesse geral do Município (n.º 3, artigo 17.º do Regimento). -----

----- Inscreveu-se para usar da palavra: -----

----- **A senhora deputada Ercília Costa, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- "Atravessamos atualmente um momento de múltiplas crises: social, económica e ecológica. A crise ecológica pela sua extensão e potencial impacto, definirá o nosso futuro comum. E há duas coisas que são já claras: 1 - Os impactos da crise ecológica e das alterações climáticas não se farão sentir no futuro longínquo, mas sim no presente que vivemos. 2 - Os impactos dessas alterações climáticas, podendo ser ainda mais graves noutras longitudes, serão também profundos em Portugal e em Amarante. -----

----- Faz sentido recuperar o slogan de há já umas décadas, que nos instava a “pensar global, agir local”. Há, felizmente, coisas que podemos e devemos fazer a nível local e que têm um grande impacto à escala nacional. Um bom exemplo são as comunidades de energia renovável (CER), definidas em Portugal pelo decreto-lei 162/2019. O objetivo destas comunidades é capacitar os cidadãos para serem donos da sua própria energia. E se as iniciativas de constituição podem ser promovidas e levadas a cabo por grupos de cidadãos, os municípios podem ajudar e ter um papel ativo. As CER tornam possível que cidadãos, empresas e entidades públicas, como municípios ou freguesias, produzam, consumam, partilhem, armazenem e vendam a energia, desde que produzida a partir de fontes de energias renováveis. Após a invasão russa da Ucrânia e o aumento acentuado do custo da energia, ficou claro que a autonomia energética será uma mais-valia para as comunidades e a garantia de um preço justo pela energia consumida. As CER respondem assim aos múltiplos desafios elencados: 1 - A nível social, promovem coesão social e territorial; 2 - A nível económico, permitem o acesso a energia elétrica a um preço mais baixo e a garantia de um preço estável; e 3 - A nível ecológico, contribuem para a transição ecológica, promovendo a energia elétrica produzida a partir de fontes renováveis. Compete ao poder político ajudar a combater os eventuais bloqueios à criação das CER e, por isso, lanço aqui a ideia de que o nosso município, eventualmente em coordenação com cooperativas como a Copérnico, que trabalham já no terreno a promoção do aumento da produção, a partir de fontes de energia renovável e ao serviço das comunidades, promova a criação de uma CER em Amarante. Este apoio pode ter muitas formas, do simples apoio ao nível burocrático, ao apoio técnico ou jurídico, cedência de terrenos públicos para a instalação de painéis fotovoltaicos, até à participação do próprio município como membro da Comunidade de Energia. E se é verdade que a instalação de painéis fotovoltaicos é a solução mais comum, por que não pensar noutras formas de produção de energia elétrica, como as mini-hídricas e eólica? O PRR previa trinta milhões de euros para comunidades de energia renovável e autoconsumo coletivo, o que pode e deve ser visto como um sinal de que a aposta para este tipo de comunidades e a forma de produzir e consumir e consumir eletricidade tem futuro. Amarante, até pelas suas condições naturais, pode afirmar-se como um município líder, no que diz respeito às CER, contribuindo para o seu esforço de transição ecológica, reduzindo os custos e promovendo a participação ativa dos cidadãos no sistema energético.” -----

----- **O senhor deputado Vítor Briga Rei, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Apenas colocar aqui duas questões ao senhor presidente da Câmara Municipal. Sei que recentemente teve uma reunião relacionada com a linha do Tâmega e com a sua inclusão, ou eventual inclusão, no plano nacional ferroviário. Portanto, pretendia que esclarecesse se tem alguma novidade quanto a essa questão; e também lhe colocava, já agora, incluído na questão ferroviária, em que estado é que estão as obras junto da Estação de Vila Meã e a questão do estacionamento – que, segundo sei, tem sido uma questão que tem preocupado as pessoas que a utilizam?” -----

----- **O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Eu começaria esta intervenção por felicitar a Câmara Municipal pela recente inauguração da requalificação da Avenida General Silveira. Em meu entender, criou-se ali uma nova centralidade em Amarante; basta andar aí na nossa cidade e vê-se que as pessoas gostam de usufruir daquele novo espaço e, por isso, felicito a Câmara Municipal. E também sei que, há dois ou três dias, abriram as novas instalações da Unidade de Saúde Familiar Amadeo de Souza-Cardoso, que agora terá umas instalações melhores e mais condignas, pelo que felicito também o município por isso. Mas eu vim aqui falar, sobretudo, sobre o nosso hospital, o Hospital de Amarante, ou Hospital de São Gonçalo, como eu acho que deve ser chamado. No passado mês de maio, a distrital do PSD do Porto, mais a concelhia do PSD e um deputado do PSD na Assembleia da República, o Dr. Pedro Melo Lopes, fizemos uma visita ao nosso Hospital de São Gonçalo, onde também esteve o senhor presidente da Câmara Municipal. Para mim, e penso que para a generalidade dos visitantes, foi uma tristeza muito grande ver mais uma vez o nosso hospital vazio e totalmente desaproveitado. Constatamos que o piso do meio está sem ninguém, totalmente devoluto. E foi uma tristeza ainda maior, por sabermos que o Hospital de Penafiel - isto é público - tem doentes em camas e em macas, nos corredores, à espera de serem internados; tem doentes em vários hospitais do setor privado e do setor social a aguardar internamento. Aliás, penso que foi na segunda-feira, houve uma notícia acerca disso, na RTP 1. E o hospital de Amarante está vazio! Também sabemos que as urgências do Hospital de Penafiel estão a rebentar pelas costuras, também isto é público. Aliás, também foi notícia, penso que há um ou dois dias, que mais de oitenta enfermeiros do Hospital de Penafiel pediram escusa de responsabilidade, alegando que não podiam proporcionar serviços, em termos de qualidade e segurança. E também foi uma tristeza, porque não vimos a administração a ter qualquer vontade em dinamizar o nosso hospital. Aliás, quando fizemos notar ao senhor presidente do Conselho de

Administração que o hospital estava vazio, a resposta foi elucidativa: "Que é que querem? É sexta-feira à tarde!". Isto é a transcrição do que ele disse, repito: "o que é que querem? É sexta-feira à tarde!". O hospital, à sexta-feira à tarde, tinha que estar vazio, pelos vistos. E a visita foi numa sexta-feira, de tarde, por acaso. E sei também que quem pode resolver isto é o Governo, mas não venho para aqui trazer, nem fazer, nenhuma querela política acerca deste assunto. Acho que isto é um assunto transversal, que interessa a todos nós, interessa a todos os amarantinos, interessa a todos os utentes do nosso hospital, do Hospital de Amarante, do Hospital de São Gonçalo. Mas, falando pragmaticamente, uma vez que o governo é do PS, eu apelo aqui aos senhores membros do Partido Socialista que, se puderem influenciar, se puderem contribuir, que o façam, para alterar este estado de coisas. Também sei que a Câmara Municipal tem sempre pugnado para alterar este estado de coisas, para dinamizar o hospital. E o senhor presidente da Câmara Municipal falou, aqui, penso que numa das últimas sessões, que tinha prevista uma audiência com o senhor Ministro da Saúde, queria deixar-lhe esta pergunta: se houve algum desenvolvimento quanto a este assunto tão importante para todos nós?"-----

----- **O senhor presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- "Relativamente às intervenções aqui proferidas, apenas duas ou três notas. A senhora deputada Ercília Costa falou, e bem, daquilo que é uma preocupação de todos, que é este nosso planeta azul. A certa altura havia um *slogan* "não há planeta B", acho que foi uma imagem muito feliz, porque não há, efetivamente. E concordo com tudo o que disse, aliás, subscrevo integralmente, essa preocupação que todos devemos ter, começando pela autarquia. Queria dizer-lhe, senhora deputada, que já estamos a trabalhar a possibilidade das comunidades energéticas, as quais pressupõem parcerias com privados. E também naquilo que são as unidades coletivas de produção, que permitem que as entidades públicas, por si, se possam integrar. A nossa ideia é, por exemplo, naquela zona em que temos as urbanizações sociais, temos as escolas, temos a GNR e temos, também, a Câmara Municipal, de poder criar uma comunidade; outra, deste lado, onde temos o Cine-teatro, a piscina, o CENASEF. Estamos sensibilizados para isso, esta matéria é uma das nossas preocupações, já temos o levantamento do edificado e o que são as necessidades de consumo por parte dos serviços municipais, para que possamos avançar com uma estrutura dessas, como acabou aqui de referir, e bem.-----

----- Relativamente à intervenção do senhor deputado Vítor Rei, sobre a linha do Tâmega, é verdade, nós fizemos uma recomendação, durante o período de

consulta pública do plano ferroviário nacional. Porque entendemos que no plano deveria estar, obrigatoriamente, a Linha do Tâmega. E não estava, como os senhores deputados sabem e nós temos vindo a bater-nos por isso. Também sei que os senhores deputados e o/as senhore/as vereadore/as do Partido Socialista, e bem, também se expressaram. Acho que é um tema que interessa a toda a gente, é uma vontade de todos que a Linha do Tâmega possa vir a ser reabilitada. E eu, numa altura, estive com o senhor Secretário de Estado, Eng.º Frederico Francisco, dando-lhe nota de um documento que a Câmara Municipal elaborou, em 2014, que remetera ao Ministério das Infraestruturas, no sentido de mostrar e de provar a rentabilidade da Linha do Tâmega. Julgo que já terei falado disto aqui, portanto, peço desculpa por me repetir. Naquela altura em que apresentamos o documento, mostrávamos que, para ser sustentável, pressupunha alguns critérios. Primeiro, que não fosse automotora, mas sim comboio, ou seja, de bitola larga. Segundo, fizemos uma análise crítica, referindo que, para a sustentabilidade da via, seria necessário que tivesse comboios, que pudesse ligar com a linha suburbana do Porto, que, nessa mesma altura, quando desenvolvemos o estudo, vinha até Caíde. Dissemos que era preciso que fosse até ao Marco de Canaveses e, depois, viesse até Amarante, servindo um universo de cem mil pessoas. Criar uma rede como, por exemplo, de Braga até Barcelos, de Espinho até São João da Madeira. Ou seja, pequenos troços, que permitissem que o comboio pudesse começar a fazer rede, que é exatamente isso que se pretende. Até porque, lembro, que não há investimento na ferrovia, há mais de cem anos. Aliás, dizer-lhes que, há cem anos, tínhamos uma melhor cobertura de rede de ferrovia do que temos hoje. Não foi uma prioridade ao longo de décadas e décadas, felizmente que agora há essa vontade de mudar esse ciclo. Ainda bem que o governo tem em cima da mesa a questão do plano ferroviário nacional, mas temos de lembrar que, grande parte das linhas que lá estão, sugeridas como estratégicas para o desenvolvimento do país, não estarão realizadas no espaço temporal de cinquenta anos, e não sei se, daqui por cem anos, algumas delas estarão terminadas, esta é a realidade. Não sou eu que o digo, são os técnicos, porque isto é um processo muito moroso. Portanto, na altura, disse ao senhor Secretário de Estado que a única linha que, no âmbito do PRR, ele poderia lançar e inaugurar, acredito que sim, seria a Linha do Tâmega e, por isso, eu apelava que ele realmente avançasse com esta linha. Ele, na altura, não deu nenhum sinal de concordância ou discordância. Nessa ocasião, pedi-lhe uma audiência urgente, quando estava a desenvolver aquilo que foi o nosso parecer relativamente ao plano ferroviário nacional plano e ele atendeu-me, julgo que foi no dia 9 de junho. Foi uma reunião interessante, onde o senhor Secretário de Estado

deu nota daquilo que, sendo uma ideia por si desenvolvida, enquanto técnico, a defende agora politicamente, na qualidade de governante, que a prioridade dele, na qual entra Amarante, tem a ver com a linha de Trás os Montes, que é uma linha importante, acho eu. Espero que nos próximos cinquenta anos ela possa arrancar, oxalá que sim, eu quero acreditar que sim, e vai ser importante para o futuro de toda a região, porque vai ligar o Porto a Bragança. Portanto, ele comprometeu-se com uma das paragens obrigatórias em Amarante, para, mais tarde, ligar a Espanha, passando por Vila Real e Bragança. Mais tarde, entroncará rapidamente até Madrid, fazendo uma rede Ibérica. Isso é importante e dei nota ao senhor Secretário de Estado que concordava com essa linha, sendo necessário refletir sobre a mesma e desenvolvê-la, para que se venha a materializar no futuro, porque depois a ligação de Amarante ao centro Porto será feita em quarenta minutos. Mas, dava-lhe nota que a Linha do Tâmega era um investimento muito pequeno, na altura, em 2014, ou 2015, segundo o estudo que fizemos, com a reconversão para bitola larga, rondava os 35.000.000€, agora andarà à volta dos 50.000.000€. Dei nota também que há uma correção da linha numa parte, quem sai da Livração, que faz um grande anel na parte do Marco de Canaveses e que teríamos que corrigir para bitola larga. Estamos a falar de quinhentos metros, não mais do que isso, mas que poupávamos 1,5 km. Disso dei nota ao senhor Secretário de Estado e que, portanto, o canal poderia ser utilizado. O senhor Secretário de Estado teve uma postura correta, até porque eu acho que na política tem de se dizer o que se pensa, ele também disse o que pensava, não pode ser criticado por isso. Não quer dizer que concordo totalmente com a estratégia, aliás, pedi autorização para que, caso fosse necessário, pudesse transmitir o que foi dito nessa reunião. Portanto, estou a falar sem qualquer problema, até porque ele sabe que eu iria usar a informação que me foi dada lá. A nota que ele deu é que está sensível para colocar a Linha do Tâmega no plano nacional ferroviário, mas não é uma prioridade. No entanto, entende que o caminho faz-se caminhando e que, no futuro, isso possa vir a acontecer, mas não disse que ia avançar agora, para não criar essa expectativa. Também lhe transmiti que, na altura, tínhamos desenvolvido o plano B, sempre com os olhos postos no plano A - e isto que fique claro para os senhores deputados, a nossa prioridade é a ferrovia -, mas enquanto a ferrovia não estiver, o plano B que tínhamos definido, seria um canal recuperado para aí colocar um vai-e-vem, tipo metro de superfície. Perguntei-lhe o que achava sobre isso, ao qual me respondeu que achava muito bem, porque é uma forma de garantir a necessidade de um transporte para aquele local e, portanto, iríamos mostrar sempre essa necessidade. Disse-me também que, no Minho, vai ser constituído o quadrilátero

urbano, que liga Braga, Barcelos, Famalicão e Guimarães, onde também vai ser feito algo do género, do tipo metro de superfície. Meus senhores, foi isto que foi dito, agora compete-nos a todos nós refletir sobre o que vamos fazer. Tenho uma opinião muito concreta, aliás, muitos dos senhores já sabem qual é a minha opinião, que deveremos recuperar o canal, até que o Governo decida pela reabilitação, ou não, da linha, pode ser nos próximos cinco, dez ou quinze anos. Mas manter sinalizado um plano B, para um transporte vai-e-vem, de modo a manter viva a necessidade do transporte ferroviário e, assim, reivindicarmos aquele troço para Amarante. É isto que eu acho e que será o que todos devem achar, porque, tal como disse ao senhor Secretário de Estado, como digo aqui e em qualquer lado, isto é uma causa nossa, dos amarantinos; não é uma causa do senhor presidente da Câmara Municipal, não é uma causa de nenhum dos senhores deputados; é uma causa de todos nós e acho que devemos refletir muito bem o que queremos fazer, porque depois podemos confundir algumas coisas. Como sabem, nós já temos um canal, com um transporte que liga a Vila Meã para poder aí apanhar o comboio. É um transporte gratuito de autocarro que permite já utilizar a nossa estação e vai continuar, mesmo que a Linha do Tâmega possa ser reconvertida para este vai-e-vem. Uma coisa não invalida a outra, mas, volto a dizer, acho que, politicamente, devemos todos refletir sobre a necessidade de o fazer ou não. Eu tenho a minha opinião, mas, claro, não mando sozinho. Quanto à estação de Vila Meã, como sabem, eu já mostrei o meu desagrado pelo facto de ter tido conhecimento do início das obras, não da estação, mas da construção do túnel, para suprimir a passagem de nível, pela imprensa e que não iam ter qualquer intervenção para o estacionamento. Pedi uma reunião com o senhor Vice-Presidente da Infraestruturas de Portugal (IP), o Eng.º Carlos Fernandes, para tentar perceber se havia possibilidades de, não estando previsto neste concurso do IP a questão dos estacionamentos, a Câmara Municipal os pudesse fazer, através de protocolo com aquela entidade, que pagaria depois estas obras, uma vez que, segundo sei, já o fizeram com outras câmaras municipais. Reunimos aqui, nesta sala, no dia 6 de junho, ao qual ele me disse que achava muito bem. A nossa proposta previa uma intervenção em duas fases: a primeira, criar estacionamentos na via contígua à linha de ferro, até ao posto da GNR. Estamos a falar de cem lugares, ao longo da estrada, que ajudava também a hotelaria que ali se encontra, porque o escasso estacionamento que existe vai ser suprimido. Mostramos disponibilidade para avançar com essa infraestrutura e quando eles fizessem o túnel, na parte de baixo, também poderíamos avançar com uma segunda fase, criando outro estacionamento, sendo ressarcida mais tarde, eventualmente através

do IP. O senhor Eng.º Carlos Fernandes disse-me que já fizeram protocolos semelhantes, mas nunca de ordem financeira, ou seja, eles não dão dinheiro. Eu disse-lhe que se não deram a ninguém, eu também não iria reivindicar, mas esperava que não estivessem a discriminar Amarante. Só a título de curiosidade, digo-lhes que, com a construção do túnel, estava prevista uma rotunda, para uma suposta via que ligaria à variante, mas nunca conseguiram a expropriação, porque o Tribunal de Contas não autorizou. Portanto, essa ligação nunca vai acontecer e, por isso, a rotunda já não fará sentido. Por conseguinte, eu disse-lhe que não fizessem a rotunda, mas sim o nivelamento das duas plataformas, um acesso por escadas até a linha e o resto trataríamos nós. Foi isso que ficou combinado, vamos apresentar essa proposta, que está a ser ultimada. Há ali um problema que é a quantidade de árvores ali existentes, que o próprio IP já tinha pensado em cortar. Vou apresentar uma proposta técnica e quero que toda a gente se pronuncie, bastando que alguém politicamente me diga não, e eu não as corto. E, deixem-me já pô-los à vontade, não vou ser crucificado. Entendo que deve haver bom-senso. De toda a maneira, isto depois vai ser analisado com o senhor Presidente da Junta, com toda a vereação, para tentar chegar a um consenso. Se não tiver a aprovação unânime, não se faz, não há problema nenhum. E isto não é nenhuma ameaça, mas percebam não há necessidade de estarmos a ver algo que é importante para o desenvolvimento, que é importante para o território, e depois andarmos aqui a esgrimir argumentos político-partidários que não fazem sentido nenhum.”-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Inscreveu-se para usar da palavra o senhor António Adelino, que colocou as seguintes questões: -----

----- Questionou acerca do congresso histórico que reunia duas vezes ao ano, interrompido com a pandemia “Covid-19”; -----

----- Alertou novamente para o estado de um muro, junto ao Tribunal, próximo das escadas que dão para a ponte nova, que tende a agravar-se; -----

----- Questionou sobre a casa de Teixeira de Pascoaes, sugerindo a sua restauração ou eventual aquisição por parte da Autarquia. Pede idêntico voluntarismo ao que foi dado relativamente a uma hipotética aquisição da casa de Agustina Bessa-Luís. -----

----- Lembrou que, no final do ano, ocorre o centenário do nascimento de D. Vieira Pinto, ex-bispo de Nampula, sugerindo que, para uma eventual sessão comemorativa, se convide o Dr. Francisco Assis e o Dr. Manuel Pureza, ex-deputado do Bloco de Esquerda, ambos autores de artigos publicados em jornais nacionais, por ocasião do falecimento do ilustre amarantino.-----

----- Falou sobre as metas estabelecidas para a reciclagem de resíduos, que estão muito aquém do pretendido, aproveitando para questionar sobre o eventual alargamento do aterro em Codeçoso, que dista, em linha reta, de cinquenta metros do rio Tâmega. Perguntou se a Câmara Municipal acompanha essas obras. -----

----- **O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- "Obviamente, o congresso histórico é algo que vai ter que ser retomado e já há pessoas a pensar nisso, vamos ver se teremos condições de o fazer no próximo ano. Acho que é importante retomarmos, porque é uma aprendizagem para todos nós e, portanto, vamos ver se temos capacidade para fazer. -----

----- Relativamente ao muro junto ao Tribunal, já foi comunicado aos serviços municipais, não sei se já está reparado, mas vou apurar. -----

----- Sobre a casa de Teixeira de Pascoaes, já disse tudo o que tinha a dizer relativamente a isso. Portanto, lamento que ainda não esteja resolvido, mas já falei com várias pessoas, nomeadamente com as estruturas da Associação Marânus para tentar perceber se vão fazer as obras ou ceder à Câmara Municipal. Já falei, inclusive, com o senhor Presidente da Mesa da Marânus, o qual, aliás, também concorda que deve passar para a Câmara Municipal. Acho que aquela casa poderia ter uma função interessante. A casa foi comprada e ajudou muita gente da Câmara Municipal e muitos mecenas a pensarem Pascoaes, num centro de estudos, que é o que a Câmara Municipal pretende manter, além de outras valências. -----

----- Sobre a homenagem ao senhor D. Vieira Pinto, ex-bispo de Nampula, deve haver gente que o quer fazer e nós podemos associar-nos. -----

----- Quanto à questão do aterro, não é o Município de Amarante que define a localização, até porque não está em território do concelho, nem perguntaram sequer. Portanto, está em Celorico de Basto e a única coisa que solicitam é que sejam ressarcidos financeiramente das questões do aterro. Eu até costumo dizer-lhes: "os senhores levam o dinheiro e nós levamos com o cheiro". E com as escorrências. Ainda na última reunião da Assembleia Geral falei disso e referi que ando a monitorizar a situação. Uma vez, disseram que algumas escorrências ocorreram devido a avaria das bombas. A partir daí, não ouvi mais comentários sobre isso. Fala-se muito dos maus cheiros e, pelo que que eu percebi, vão continuar. Falou da quantidade de resíduos em aterro e que a TGR serve para minimizar isso. Ora bem, agora vamos ser todos responsabilizados. Como sabem, a TGR foi criada para levar a que as pessoas tenham uma preocupação ambiental e façam a separação dos lixos. A taxa aplicada é condizente com o não cumprimento e, assim, há poucos anos, o custo era de 5€ euros por tonelada, passou depois

para 11 €; mais tarde, 21 €; há dois anos, 25€; e, este ano, julgo que está em 30 €, sabendo-se já que vai passar para 35€. Ou seja, todos os anos vai aumentar 5€ cada tonelada se não cumprirmos com a separação seletiva. Por exemplo, com os resíduos verdes, se não atingirmos aquela meta até 2030, todos os anos vamos ser penalizados em 5€ por tonelada e, eu, nesta última reunião da Assembleia Geral da Resinorte, dizia que isto é um embuste, porque esse dinheiro, em vez de ir para as obras do metro do Porto ou de Lisboa, devia ficar no território onde é cobrado, para se criarem infraestruturas capazes, de maneira a que as pessoas passem a separar o lixo. Por exemplo, para colocar mais ecopontos, porque quantos mais existirem mais separação se faz. Claro que se as pessoas tiverem que fazer 500m ou 1000m para colocar o lixo, muitas não o fazem. Basta vermos, por exemplo, aqui no centro da cidade, onde há os ecopontos, as pessoas ali à volta separam o lixo. E é isso que tem de acontecer, temos de ter tantos contentores como ecopontos, mas, para isso, é preciso investir. Não a autarquia, mas sim a Resinorte e, se esta não tiver capacidade financeira, poderia ser através das receitas da TGR. Também há outros fatores, como as ações pedagógicas nas escolas, enfim, um certo número de situações que esta TGR devia financiar e não para apenas castigar quem não cumpre. Aliás, todos os meus colegas, independentemente da cor partidária, pensam da mesma maneira, pois, ainda há dias, numa reunião com a ERSAR, não fui o único a dizer isto. Isto não tem a ver com questões ideológicas, mas sim com o bom senso. Está provado – e estão aqui pessoas da área da educação – que, contrariamente ao que se fazia no passado, em que se castigavam os alunos, hoje em dia motivam-se os alunos. E nesta questão dos resíduos é igual. Castigar os amarantinos ou os portugueses com uma taxa, porque não cumprem com aquilo que é a separação, não vai resolver coisíssima nenhuma. O que vai resolver é o motivar e incentivar as pessoas a terem essa prática. Podemos começar a dar sacos com cores para as pessoas poderem separar; podemos começar a incentivar, enfim, ter pontos de entrega, estimulando, ou até pagando como, por exemplo, em França e noutros países. Mas, para isso, temos de ter condições financeiras para o poder fazer. Se vocês virem as contas, pagamos mais TGR do que aquilo que é o nosso serviço da Câmara Municipal e isto não é aceitável. Em 2035, só poderemos mandar para aterro 10% daquilo que é depositado atualmente. Estas são as exigências que a União Europeia nos faz e eu pergunto se é castigando os municípios? Não seria melhor motivando, com a criação de infraestruturas, dando mais competências e meios para as pessoas poderem começar a separar? É uma questão que eu deixo e estou à vontade para o dizer, porque foi exatamente o que eu disse à responsável da ERSAR, na CIM-TS, e que foi partilhado por todos os

meus colegas.”-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- O senhor presidente da Assembleia Municipal fez a leitura em voz alta da ordem do dia, passando-se de imediato à sua apreciação.-----

**1. Relatório de atividades e situação financeira do Município** – Para conhecimento;-----

----- Inscreveram-se para usar da palavra os senhores: -----

----- **O senhor deputado José Joaquim Teixeira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- “A primeira questão é uma questão muito simples, sobre a informação que eu acho muito relevante e que o senhor presidente da Câmara Municipal nos deu aqui, há pouco, sobre a Linha do Tâmega. Essa reunião que teve, foi o Município de Amarante que pediu ou foi no âmbito da CIM-TS? Senhor presidente, eu fiquei surpreendido e até dececionado, não com o senhor, mas com as informações que o senhor Secretário de Estado lhe deu, porque revela desconhecer completamente este território. Eu acompanho o senhor nisto, porque temos de ser todos e também a região. Nós situamo-nos no Baixo Tâmega que, segundo os indicadores do desenvolvimento, está na cauda da Europa. Nós temos uma crise demográfica, que, ao contrário de outras crises, demora muitos anos a resolver. A pandemia teve a solução com a medicina e a ciência; a guerra, mais dia, menos dia, vai acabar, com mais ou menos mortos, mas vai acabar. Mas, se formos à literatura, as crises demográficas demoram muitos anos e destroem por completo os tecidos socioeconómicos e o desenvolvimento das regiões. Ora, nós estamos situados nesta região e dizer que não é uma prioridade, para mim, como membro desta Assembleia, não aceito e quero dizer isto de uma forma muito clara. Depois, tenho que lhe dar razão, era fácil reabilitar esta linha. Não é preciso adquirir terrenos para fazê-lo e 50.000.000€ até ajudava na execução do PRR. Dizer que não é prioritário – e eu sou completamente contra a questão da linha de superfície - é não a querer fazer, é enganar-nos. Eu gostava de dizer também aqui isto, que, de facto, na minha opinião, as linhas férreas são uma prioridade nos territórios de baixa densidade, nomeadamente no nosso. O Baixo Tâmega vai estar ao nível da Albânia, daqui a pouco, vamos lá chegar. E, por isso, se não formos nós, todos juntos, a dizer que não concordamos com isto, está tudo errado. Por isso, é preciso força política para dizer ao senhor Secretário de Estado que está completamente errado e que não tem nenhuma visão; tem uma visão do século passado, quando já estamos com duas décadas do século XXI. Isso é muito errado e a demografia e outras questões devem estar colocadas no plano da grande política.” -----

----- **O senhor António Brandão, Presidente da Junta de Freguesia de Ansiães, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"Ora bem, vou voltar à política ambiental. A política ambiental é um tema que nos diz respeito a todos e todos temos de lutar por uma boa política ambiental, se queremos evoluir, se queremos um mundo melhor para os nossos filhos e para os nossos netos. Todos fazem a sua parte e a Câmara Municipal também tentou fazer e está a fazer, naturalmente. Mas eu tenho uma questão que me está a preocupar, porque eu disponibilizei um terreno para a instalação de uns contentores de grandes dimensões, para a recolha de resíduos verdes, para a recolha de sobrantes de construções e depósito de monstros. E esse terreno era um local onde eu já fazia isso autonomamente, sendo a Junta de Freguesia a recolher os monstros que estavam junto aos contentores, depositava-os naquele terreno, para depois passar lá um camião e levá-los para outro local. Eu de facto eu cedi aquele espaço ao Município para a instalação destes contentores e agora não tem espaço sequer para pôr esses mesmos resíduos, porque, entretanto, as obras estão concluídas há meio ano, e vedaram tudo, com dois ou três portões trancados. Portanto, estão aí a chegar os imigrantes, nós sabemos como é que é, não são piores que nós, são iguais, mas quando chegam tudo o que têm em casa e que é velho vai para a rua, põem junto aos contentores e aquilo fica uma vergonha. E o que acontece é que eles não sabem sequer quando é que aquilo é recolhido. Nas freguesias é uma vez por mês, na minha é na primeira semana, pelo que, se os imigrantes chegarem na segunda semana, fica tudo junto dos contentores quase um mês inteiro. E a minha pergunta era muito direta e muito simples, senhor Presidente da Câmara Municipal, era se há alguma expectativa de quando é que esse espaço poderá estar a funcionar e se alguém me pode ceder uma chave para lá ir depositando qualquer coisa para, enfim, para tentar minimizar a questão." -----

----- **O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"Sobre as duas intervenções que antecedem, dizer que, obviamente, a questão demográfica e os territórios de baixa densidade é algo muito importante e tem de ser uma prioridade, pelo que a questão da mobilidade permite corrigir algumas assimetrias. Vamos ver se o futuro será risonho, relativamente a esta questão da baixa densidade. -----

----- Quanto ao que foi dito pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ansiães, estava agora a enviar uma *sms* e já sei que, na próxima semana, o espaço vai estar aberto. Eu não fazia ideia daquilo que me acabou de dizer, pois isto é entregue aos serviços municipais. E ainda bem que fala aqui, porque é muito

importante eu saber, porque a instrução que dei era para os entregar às respetivas juntas de freguesia. Aliás, as juntas de freguesia é que gerem os espaços e não a câmara municipal, até porque vocês é que estão lá, é só colocar lá os contentores que estão empilhados em armazém. Portanto, tenho um pedido desculpa a fazer, mas, na próxima semana, terá novidades relativamente a esta matéria.” -----

----- O presente assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação.-----

**2. Contrato de empréstimo de médio longo prazo para aplicação em investimentos** – (Registo n.º 4514/2023/05/30).-----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou que a Câmara Municipal lhe enviara uma comunicação sobre o assunto em apreço, da qual mandou distribuir um exemplar a cada um dos grupos políticos municipais, do seguinte teor:-----

----- “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,-----

----- Tal como resulta dos pontos 6 a 9 do despacho por mim exarado e através do qual foi determinada a abertura do procedimento de consulta aos bancos foi aprovada pela Assembleia da República, em 12 de maio de 2023, a PROPOSTA DE LEI N.º 61/XV/1.<sup>a</sup>, que altera a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais e que se encontra para publicação e cuja produção de efeitos se reportará a 1 de janeiro de 2023. -- -----

----- Daquela alteração legislativa, estabelece-se, no artigo 3.º, que “Durante o ano de 2023, a margem de endividamento prevista na alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é aumentada para 40%” e ainda no artigo 4.º “O artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, passa a ter a seguinte redação: ... 10 – Os empréstimos têm um prazo de utilização do capital máximo de três anos, não podendo o início da amortização ser diferida para além desse período, salvo nos casos legalmente previstos.”-----

----- Independentemente desta alteração legislativa, o Município de Amarante dispõe de larga margem disponível relativamente ao Limite da Dívida Total, correspondendo em 23/05/2023 a uma utilização cerca de 42,5%, contudo nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro em vigor à data, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios. -----

----- Contudo, em face da necessidade de financiamento dos investimentos a realizar, que é superior ao atual limite de 20% da margem disponível no início do exercício corrente, e em apelo àquela alteração legislativa já aprovada, que, nos

termos em que foi aprovada irá produzir efeitos a 1 de janeiro de 2023, optou-se por incorporar desde já na presente proposta essas alterações.-----

----- Sendo um facto que aquele diploma carece ainda de promulgação por parte de Sua Excelência o Presidente da República, foi, nessa medida e por essa razão, proposto que esta Assembleia, nos termos e para os efeitos constantes do artigo 149º do Código do Procedimento Administrativo, praticasse o ato administrativo de autorização para a contratação daquele empréstimo, mas sob a condição de apenas poder produzir efeitos após aquela promulgação da PROPOSTA DE LEI N.º 61/XV/1ª. -----

----- Para que não se suscitem dúvidas quanto à legalidade de prática de atos administrativos sujeitos a cláusulas acessórias, designadamente no que concerne à sua produção de efeitos, veja-se que o n.º 2 daquele artigo 149.º do CPA, dispõe expressamente "A aposição de cláusulas acessórias a atos administrativos de conteúdo vinculado só é admissível quando a lei o preveja ou quando vise assegurar a verificação futura de pressupostos legais ainda não preenchidos no momento da prática do ato", o que é o caso, ou seja, nada obsta que seja concedida autorização para a contratação do empréstimo, mas apenas este poderá ser contraído quando tenha ocorrido a promulgação do diploma que permite o aumento da margem disponível a utilizar em cada ano. -----

----- Assim, propõe-se, como de resto resulta da deliberação da Câmara Municipal, que a Assembleia Municipal delibere autorizar a Câmara Municipal a contrair o empréstimo em presença, desde que, e apenas e só, quando aquele diploma acima referido venha a ser promulgado por Sua Excelência o Presidente da República. -----

----- Amarante, 30 de junho de 2023." -----

----- Após uma pausa para leitura do documento pelos grupos políticos municipais, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de inscrições. -----

----- Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- **A senhora deputada Ercília Costa, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- "Eu penso que este documento surge após a votação do Partido Socialista na reunião do executivo. Eu vou apenas aqui usar um provérbio francês que diz: "*Il ne faut pas vendre la peau de l'ours avant de l'avoir tué*" (não se pode vender a pele do urso sem antes o ter matado). Por isso, nós estamos aqui a tentar aprovar um empréstimo com base numa lei. Acontece que, ainda hoje, fui consultar o *site* do Parlamento e o do Diário da República, como faço todos os dias, e vi que ela já

está há muito para ser promulgada, mas ainda não foi. Por isso, é razoável que se espere - eu sei que terá efeitos retroativos a um de janeiro - pela publicação da lei, como mandam as normas, se não estamos aqui num vazio jurídico. No fundo, seria uma relação de confiança, eu compreendo isso, mas enquanto a lei não for publicada, achamos que não devemos votar favoravelmente essa proposta do empréstimo.” -----

----- **O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Como é evidente, isto não é nenhum vazio jurídico, portanto, isto é a autorização do empréstimo sob condição, o que é perfeitamente legal, ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo. Assim, não vejo nenhum problema em autorizar-se, desde já, este empréstimo, porque para além da legalidade que, no meu entender – modesto, é certo -, é perfeitamente evidente, há também a conveniência, que são, como sabem, os dois princípios da administração pública essenciais. E a conveniência por quê? Porque trata-se de financiar investimentos e obras relevantes para Amarante e para as nossas freguesias. E, por isso, eu penso que é perfeitamente inútil - e nem devemos fazer isto, nós, nesta Assembleia Municipal - perder tempo, devemos é avançar. Se está em causa este tipo de investimentos relevantes para a nossa terra, há que avançar, há que andar para a frente, há que não perder tempo. E, em meu modesto entender, como digo, não há qualquer ilegalidade sobre a aprovação, nesta aprovação sobre condição, se os senhores deputados quiserem. Isto é mais jurídico, não é político, mas podem consultar o código de administrativo, artigos 149.º e 157.º, salvo erro, número 1, alínea b). Portanto, é perfeitamente possível fazer estas aprovações sobre condições. Por quê? Porque este empréstimo, mediante a deliberação que nós aqui iremos tomar, só estamos a autorizar a contratação do empréstimo, se e quando for promulgada a lei que já foi aprovada na Assembleia da República, à qual falta um requisito formal, que é a promulgação pelo senhor Presidente da República. Se não for promulgada, não há empréstimo, é tão simples como isso. E, portanto, o que me foi dado a conhecer foi que estava para ser promulgada, entre a data da deliberação da Câmara Municipal e a realização desta Assembleia Municipal, mas, entretanto, ainda não foi promulgada. Eu acho muito bem que se aprove sob condição, para que se possa andar, para se planear, para se ganhar tempo e investimento relevante para a nossa terra e para as nossas freguesias. Não há ilegalidade absolutamente nenhuma e muito menos qualquer vazio jurídico. Assim, sugiro que a bancada do PSD vote favoravelmente esta proposta.” -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2

do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, deliberou autorizar, conforme proposta da Câmara Municipal, os investimentos "Execução do Sistema Vário do Salto/Nó dos Bombeiros, incluindo projeto" e "Construção do edifício dos serviços municipais (Geraldos)", sem prejuízo das correlacionadas aprovações em sede dos instrumentos previsionais do Município. -----

----- Mais deliberou a Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a contratação do empréstimo de médio/longo prazo, no montante de 7.480.000€ (sete milhões quatrocentos e oitenta mil euros), para diversos investimentos devidamente elencados no despacho do senhor Presidente da Câmara Municipal, de 30 de maio de 2023. -----

----- Esta deliberação foi tomada por: 28 votos a favor, 0 abstenções e 18 votos contra, do Grupo Político Municipal do Partido Socialista. Encontravam-se presentes 46 membros do/as 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 46 membros do/as 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

**3. Modificação orçamental terceira revisão dos documentos policiais provisionais do ano de 2023** – (Registo n.º 5307/2023/06/21); -----

----- Inscreveu-se para usar da palavra: -----

----- **A senhora deputada Ercília Costa, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- "A bancada do Partido Socialista irá votar a favor esta proposta." -----

----- A Assembleia Municipal deliberou aprovar a proposta da Câmara Municipal e, conseqüentemente: -----

1. Aprovar a 2.ª alteração modificativa (revisão) às GOP, inclusão de novos projetos 2023/A/20 a 2023/A/27, nos termos do n.º 2 do artigo 46.º-B da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
2. Aprovar a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referente aos projetos 2023/A/20 "Escola a Tempo Inteiro" e 2023/A/86 "Festival", em cumprimento do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho. -----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 44 membros do/as 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participaram na votação, por estarem ausentes da sala: Daniela Ribeiro (Presidente da Junta de

Freguesia de Jazente) e Ivone Sofia Ribeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Telões). -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 44 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participaram na votação, por estarem ausentes da sala: Daniela Ribeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Jazente) e Ivone Sofia Ribeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Telões). -----

**4. Alteração do mapa de pessoal de 2023 a estão abertas as inscrições.**

(Registo n.º 5249/2023/06/20)-----

----- Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- **A senhora deputada Ercília Costa, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- Eu gostava de começar esta minha intervenção colocando uma questão ao senhor Presidente da Câmara Municipal. Já várias vezes foi solicitado pelo Partido Socialista um relatório relativo às Termas de Amarante e a todo o trabalho desenvolvido até ao momento. Pergunto se há algum relatório que nos possa orientar relativamente à questão da *accountability* (prestação de contas), de percebermos o que efetivamente se passou e o que se pretende ter daqui para a frente? Eu gostava de saber se nos traz alguma informação que nos possa complementar aqui e justificar esta alteração ao quadro de pessoal. Não existe, Senhor Presidente? Não? Pronto, então gostava de deixar aqui já algumas questões. Qual o modelo de gestão que é pretendido? Se há algum plano estratégico, porque a única coisa que temos conhecimento em relação a este assunto é o pessoal que está lá elencado. Não há qualquer outra referência, nem sequer ao montante e à despesa que vai representar a afetação desse pessoal e eu acho que qualquer mapa de pessoal deve ser alterado com base no plano estratégico que está definido para a área ou realmente um modelo de gestão que esteja definido para tal; e eu gostava de conhecer esse modelo de gestão ou esse plano estratégico para em consciência tomar uma decisão. E pergunto se é possível definir o modelo de mapa pessoal sem conhecer esse modelo de gestão e qual a sustentabilidade que se prevê para o novo projeto das Termas de Amarante que vamos ter e, como lhe disse há pouco, qual o custo com o pessoal e se está devidamente justificado esse pessoal ao abrigo da nova reorganização das Termas de Amarante?" -----

----- **O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- "Nós decidimos não abrir um novo concurso para a renovação da prestação de serviços de apoio e gestão do estabelecimento termal ou para adjudicar a prestação de serviços relativamente aos recursos humanos das termas, porque entendemos que, volvido este período, que já é longo - e só para que tenham uma ideia, aquilo que estamos a fazer agora era para ter sido na altura da pandemia, mas estivemos inativos, nós e o país todo e não foi permitido - no fundo, íamos fazer o que estamos a fazer neste momento. Eu já disse isto aos senhores vereadores, mas há dois quadros técnicos que vamos internalizar, um da área do conhecimento da saúde termal, outra na área da gestão, para trabalharmos, independentemente daquilo que vier a ser o futuro, aquilo que eu entendo que deve ser o futuro da função pública, que deve estar capacitada com técnicos capazes de definir estratégias, seja em que área for; seja dos resíduos, seja da cultura, etc. Aliás, vamos ver o que vamos fazer com os resíduos sólidos urbanos, em que continuaremos com uma equipa interna capacitada para trabalhar e monitorizar a qualidade e depois vamos ter uma prestação de serviços para o restante de trabalho. Neste momento estamos a abrir concurso para duas pessoas, para trabalhar, a partir de agora e para o futuro, esta componente da gestão, da monitorização e de planos de desenvolvimento das termas, até porque é preciso fazer um trabalho muito cuidado, não só na área da saúde, mas principalmente o bem-estar. Ou seja, estas termas têm de ter uma capacidade de aproximar a sociedade civil, a hotelaria, enfim, um sem-número de parceiros, que é um trabalho a ser feito a partir da Câmara Municipal. Não vale a pena pensar que será uma empresa que o vai fazer; não é para isso, senão entregávamos as termas. É o que eu acho que deve ser o futuro das termas, sem prejuízo de no futuro haver um pensamento diferente. Eu defendo que a Câmara Municipal tem a responsabilidade de desenvolver esta área de negócios, chamemos-lhe assim, com gente capacitada, depois, se vamos internalizar ou não, a questão dos terapeutas e dos restantes colaboradores, ainda não lhe sei responder, senhora deputada. O que eu pedi e, aliás, disse aos senhores vereadores, exatamente isso: até final do ano, vamos trabalhar e já estamos a fazer trabalho, por exemplo, com outras empresas, na área da química, para desenvolver novos produtos, designadamente, sabonetes, gel, enfim, aqueles produtos comercializados nestes equipamentos e mesmo para venda noutros estabelecimentos. Estamos a tentar também desenvolver um novo regulamento a submeter a esta assembleia, para definirmos os preços a praticar e parcerias que se possam criar. Por exemplo, permitir que uma determinada unidade hoteleira possa vender serviços das Termas de Amarante, mas para isso tem que estar regulamentado, como devem compreender; já estamos a trabalhar nisso e

vamos ver até final do ano. E fizemos uma prestação de serviços com os técnicos que lá estavam, para garantir a continuidade do serviço, embora está a pecar por tardia, porque, como sabem, nós tivemos um problema que classifico como grave, devido a uma anomalia no tanque da piscina. Já pedimos inclusive uma auditoria à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto para fazer testes e tentar perceber se aquilo é um problema estrutural ou não. Nós todos os anos estávamos a compor o tanque e neste momento estamos a ver qual a solução a desenvolver; aliás, o que aconteceu cá, também aconteceu em São Pedro do Sul, em que eles conseguiram uma empresa, pelos vistos é única no país que tem uma solução, pois as águas termais são muito corrosivas. Também andaram durante muitos anos a tentar encontrar a solução, mas encontraram agora uma empresa, pelo que, há cinco anos, já não têm problemas. Portanto, vamos ver se também conseguimos resolver essa situação, porque está-nos a prejudicar naquilo que é a avaliação, naquilo que é a relação com as entidades. No fundo, senhora deputada, para dizer objetivamente àquilo que pergunta, e acho que tem toda a razão em perguntar, é de que nós agora vamos aprender um pouco de dentro para fora. Ou seja, seremos nós a tentar perceber como é que as coisas vão funcionando e depois, no final do ano, julgo que estarei capacitado para responder cabalmente à questão que coloca e que é pertinente. Eu agora podia estar aqui a dizer-lhe dois ou três modelos, mas uma coisa, eu sei, senhora deputada, é que nós vamos assumir o ónus da questão e, depois, pelo menos em termos de gestão, estaremos capacitados para trabalhar. O resto, se calhar, vamos fazer uma prestação de serviços. Se calhar até poderá ser esse o caminho.” -----

----- **A senhora deputada Ercília Costa, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Face aos esclarecimentos do senhor Presidente da Câmara Municipal, a bancada do Partido Socialista irá abster-se na votação.”-----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou aprovar a segunda alteração ao mapa de pessoal do ano de 2023, conforme proposta da Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi tomada por: 28 votos a favor, 18 abstenções - do Grupo Político Municipal do Partido Socialista -, e 0 votos contra. Encontravam-se presentes 46 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 46 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

**5. Código Regulamentar do Município de Amarante** - Ocupação do espaço público com esplanadas, estrados, guarda-ventos, toldos, floreiras, vitrinas, expositores, arcas e máquinas de gelados, brinquedos mecânicos, contentores para resíduos e equipamentos similares – (Registo n.º 2616/2023/03/29). -----

----- Inscreveu-se para usar da palavra: -----

----- **A senhora deputada Ercília Costa, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- "Felicitar a Câmara Municipal pelo documento que nos apresentou, porque, de facto, é um documento exaustivo, onde caracteriza bem os equipamentos. Apenas algumas considerações: se não era possível que esses equipamentos tipificados fossem agora utilizados nos espaços requalificados, não sei se estão a pensar exigir esses equipamentos a todos os envolvidos aqui em Amarante? Depois a questão daquela Rua 31 de Janeiro, que também me perturba um pouco olhar para lá, naquelas tascas típicas, e ver esse mobiliário à porta, penso que fica melhor aquilo a que nós chamamos o mocho e as mesas de madeira, do que esse mobiliário, com essas cadeiras em metal. São estas as minhas dúvidas. De resto, claro que votaremos a favor." -----

----- **O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- "Relativamente a este ponto, no fundo dizer que é todo o centro histórico. Desde o Arquinho a Santa Luzia, portanto, estão definidas as ruas em que está padronizado o mobiliário, os materiais, as cores. Na Rua 31 de Janeiro, também nesta última revisão, incluímos efetivamente o tipo de mobiliário adequado para o tipo de instalações, faz sentido aquelas mesas em madeira e os bancos, obviamente que sim. Aliás, isso está também tipificado no regulamento, faz todo o sentido manter o típico. O que nós dissemos é que, a partir de agora, cada novo pedido que é feito, existe uma comissão que avalia e dá o seu parecer relativamente à esplanada. Só podem instalar, depois de validado por essa equipa, que é constituída por quatro ou cinco pessoas. Quem já estava instalado tem a prerrogativa de ficar até setembro; depois vão ter que retirar e se montarem novamente, já tem que ser de acordo com a nova tipologia. Porque se já havia investimento previstos antes desta alteração, não íamos obrigar a mudar. Também algo que é importante aqui transmitir, nós aqui temos também benefícios que damos a quem cumprir ou for ao encontro daquilo que nós preconizamos, nomeadamente, o tipo de cadeira, de mobiliário e de guarda-sóis, mas, também, pode apresentar uma alternativa. Por exemplo, o Café Bar apresentou algo que não estava lá inscrito e, obviamente, que a Comissão validou, e bem. Claro que há

aqui um senão, é que nós, nas que seguem a orientação do regulamento - que não é estanque, como eu digo, permite exceções, mas que tem que ser validadas -, vão ter uma isenção ou redução das taxas de ocupação do espaço público, enquanto as exceções não vão beneficiar desse direito. Claro que as pessoas vão criticar, mas quero que os senhores deputados percebam uma coisa, é que quando se cria um regulamento, que define parâmetros, depois não podemos ter exceções, se não tudo passa a ser uma exceção. Pode ser muito bonito, as cadeiras terem até o traço Siza Vieira e até gostámos muito mais do que aquelas que nós colocamos no regulamento e até estimulamos que o façam. Que o façam, mas sem a isenção, porque senão nós não tínhamos como criar as regras. Eu sei que vai haver críticas, alguém até me disse "eu vou à Assembleia falar disso" e eu disse que façam o favor de cá vir falar, a questão é que nós não podemos abraçar tudo. Criamos as regras, foi discutido, todos concordaram e, a partir de agora, faça-se cumprir."-----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 45 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação deste ponto o senhor deputado Fábio Pacheco, por ter estado ausente da sala. --- -----

----- A presente deliberação foi aprovada para surtir efeitos imediatos, por unanimidade, com 45 votos a favor 0 votos contra e 0 abstenções. -----

**6. Festas de Junho, interpretação da tabela da tabela de taxas, capítulo oitavo, Secção 3.9, anexo ao código regulamentar do município de Amarante - (Registo n.º 3741/2023/05/09)**-----

----- Inscreveu-se para usar da palavra: -----

----- **A senhora deputada Ercília Costa, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- "É só para dizer que a bancada do Partido Socialista irá votar favoravelmente." -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou aprovar a correção da redação dada ao ponto 9 da Secção III do Capítulo VIII da Tabela de Taxas, passando a constar: "9 - As taxas previstas na presente secção, bem como as previstas nos nºs 5 e 6 da secção V, serão reduzidas a 1/4 quando se destinem a ocupações decorrentes das festas da cidade (junho)", conforme proposta da Câmara Municipal e com efeitos à data da sua aprovação, em 15 de maio de 2023.-

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 45 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação deste ponto o senhor deputado Fábio Pacheco, por ter estado ausente da

sala. -----  
----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 45 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação deste ponto o senhor deputado Fábio Pacheco, por ter estado ausente da sala. -----

**7. Aceitação de transmissão de terrenos, culturas perpétuas para integração do domínio Público municipal – (Registo n.º 10287/2023/05/04).**

----- Inscreveu-se para usar da palavra: -----  
----- **A senhora deputada Ercília Costa, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “A bancada do Partido Socialista não tem nada a opor, pelo que irá votar favoravelmente.” -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou aceitar a transmissão dos terrenos/sepulturas perpétuas identificadas no processo, para integração no domínio público municipal – Cemitério Municipal, conforme proposta da Câmara Municipal. -----

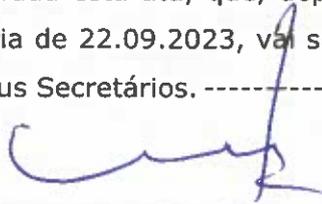
----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 46 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 46 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, quando eram vinte e três horas e vinte e cinco minutos. -----

----- Da presente reunião foi lavrada esta ata, que, depois de lida e aprovada, por unanimidade, na sessão ordinária de 22.09.2023, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e pelos seus Secretários. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_



O PRIMEIRO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_



O SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

